



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2025

(Do Sr. **Marcos Pollon**)

Apresentação: 29/04/2025 13:47:36.373 - CSPCCO

REQ n.104/2025

Requer o aditamento do REQ nº 71/2025 – CSPCCO que requer audiência pública para debater os resultados da política de controle de armas de fogo do governo atual no combate à criminalidade e seus impactos na segurança pública.

Senhor presidente:

Requeiro à V. Ex^a., com base nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aditamento do requerimento 71/2025, de minha autoria, para atualizar a lista de convidados.

Solicito que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Representante da RFB;
- Representante da OAB;
- Sr. Presidente da Associação Nacional do Movimento Pró-Armas;
- Sr. Fabrício Rebelo, pesquisador do CEPEDES;
- Dr. Luciano Lara, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul;
- Sr. Danilo Atala, advogado, professor universitário pesquisador em Segurança Pública;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256438047200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 5 6 4 3 8 0 4 7 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 29/04/2025 13:47:36.373 - CSPCCO

REQ n.104/2025

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento propõe atualizar a lista de convidados da audiência pública com o objetivo de debater os resultados da atual política de controle de armas de fogo no Brasil, especialmente no que tange ao seu impacto no combate à criminalidade e na segurança pública nacional.

A temática é de elevada relevância e atualidade, uma vez que a política armamentista adotada pelo governo federal nos últimos anos passou por mudanças substanciais, com a promulgação de novos decretos e normativos que alteraram drasticamente os parâmetros de concessão de registros, aquisição de armas e munições, bem como os critérios de controle e fiscalização de produtos controlados.

Tais alterações normativas foram justificadas sob o argumento de que contribuiriam para a redução da criminalidade e para o incremento da segurança pública. No entanto, passados mais de dois anos de vigência das novas diretrizes, faz-se necessário submeter os seus resultados à análise técnica e institucional, de modo a aferir os efeitos concretos produzidos por tais medidas sobre os índices de violência, a atuação das forças de segurança e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Para enriquecer esse debate plural e técnico, propõe-se o convite de representantes de diversos setores estratégicos e especialistas com diferentes visões sobre o tema:

Representante do Ministério da Defesa: responsável pela coordenação das Forças Armadas e, por consequência, das Regiões Militares e do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC), a quem compete a emissão e controle dos Certificados de Registro (CR). Sua presença é essencial para apresentar dados e justificar tecnicamente a política de contenção adotada pelo Exército Brasileiro quanto ao registro de armas e munições.

Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública: órgão central das políticas públicas de segurança, sob cuja responsabilidade estão tanto a Polícia Federal quanto a formulação estratégica do controle armamentista. Sua participação permitirá



* C D 2 5 6 4 3 8 0 4 7 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

compreender os fundamentos políticos e jurídicos que embasaram as recentes restrições administrativas, bem como sua articulação com o combate ao crime organizado.

Representante da Receita Federal do Brasil (RFB): a RFB possui papel crucial na fiscalização e controle aduaneiro de armas e munições, sendo importante ouvir a posição do órgão quanto ao fluxo de armamento ilegal, evasão de controle e o reflexo das políticas atuais nos mecanismos de importação e controle alfandegário.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): por se tratar de tema que envolve diretamente direitos e garantias individuais – inclusive o direito à autodefesa e à prática esportiva legalizada –, é fundamental garantir o olhar jurídico-institucional da advocacia brasileira, especialmente no tocante à legalidade dos atos normativos restritivos e à proteção do devido processo legal administrativo.

Representante da Associação Nacional do Movimento Pró-Armas: entidade civil representativa que congrega milhares de cidadãos registrados e praticantes do tiro desportivo, da caça legal e do colecionismo. Sua contribuição será essencial para apresentar os impactos das políticas atuais sobre a comunidade CAC, sob a ótica dos diretamente afetados.

Sr. Fabrício Rebelo, pesquisador do CEPEDES: renomado especialista na área de segurança pública, autor de diversos estudos técnicos e artigos científicos sobre o impacto das armas legais na sociedade. Sua presença trará embasamento empírico e acadêmico ao debate, com base em dados estatísticos e metodologias comparadas.

Dr. Luciano Lara, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul: com mais de 19 anos de atuação no Ministério Público, o Dr. Luciano Lara possui vasta experiência na área criminal, tendo participado de 446 plenários do Tribunal do Júri e analisado mais de 3 mil inquéritos policiais de homicídio. Autor dos livros “LDA” e “Papa Alpha”, é também instrutor de armamento e tiro, professor de pós-graduação em Direito Penal, Processo Penal e Balística, e colunista do portal Infoarmas. Sua expertise será fundamental para discutir a relação entre armas legais e criminalidade, bem como aspectos jurídicos da legítima defesa.

Dr. Danilo Atala, advogado, professor universitário e pesquisador em Segurança Pública: com destacada atuação na pesquisa empírica da segurança pública, o professor

Apresentação: 29/04/2025 13:47:36.373 - CSPCCO

REQ n.104/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Danilo contribuirá com uma análise crítica da política atual, com enfoque técnico e jurídico, capaz de balizar o debate com dados e argumentos científicos.

Dessa forma, a audiência pública proposta visa propiciar um espaço plural, democrático e qualificado de discussão, permitindo ao Parlamento brasileiro, por meio desta Comissão, avaliar os rumos das políticas públicas adotadas na seara do controle de armas de fogo e seus reflexos concretos na segurança do cidadão brasileiro.

Sala da comissão, em 29 de abril de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 29/04/2025 13:47:36.373 - CSPCCO

REQ n.104/2025



* C D 2 2 5 6 4 3 8 0 4 7 2 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256438047200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon